

O mito da maternidade: atribuições de uma vida sem filhos no Brasil na segunda metade do século XX

Thayná Guedes Assunção Martins¹
Joseanne Zingleara Soares Marinho²

Resumo: Este artigo é resultado da pesquisa realizada a partir dos aspectos teóricos em diálogo com as narrativas de mulheres que não desenvolveram a condição materna, apresentando como objetivo compreender a não maternidade entre mulheres nascidas no período da segunda metade do século XX a partir de uma perspectiva histórica. Para a produção dos dados utilizou-se de um levantamento teórico acerca da condição feminina a partir do viés da não maternidade e sua relação com o maior acesso das mulheres ao espaço público de poder. Tais discussões deram-se com ênfase nos ideários de Joseanne Marinho (2021), Ana Paula Martins (2005) e Georgiane Vázquez (2015), dentre outros autores. Diante das análises interpretativas a partir das entrevistas apresentadas em diálogo com a bibliografia referente ao tema, foi possível concluir que a maternidade, sobretudo ao longo do século XX, teve como uma de suas características as fortes investidas sociais sobre os corpos femininos, sendo que aquelas que se encontravam distantes do modelo de mulher pautado pelo matrimônio, maternidade e seus acarretamentos eram incorporadas ao campo do diferente, inviabilizado e, muitas vezes, patológico.

Palavras-chave: História; Gênero; Não maternidade; Trabalho; Escolarização.

The myth of motherhood: attributions of a life without children in Brazil in the second half of the 20th century

Abstract: This article is the result of research carried out from theoretical aspects in dialogue with the narratives of three women in non-development of the maternal condition. This research aimed to understand the aspects related to the non-development of the maternal condition among women born during the second half of the 20th century from a historical perspective. For the production of data, it used a theoretical survey about the female condition from the point of view of non-motherhood and its relationship with the greater access of women to the public space of power. Such discussions took place with emphasis on the ideas of Joseanne Marinho (2021), Ana Paula Martins (2005) and Georgiane Vázquez (2015), among other authors. Faced with the interpretive analyzes based on the interviews presented in dialogue with the bibliography on the subject, it was possible to conclude that motherhood,

¹ Mestranda em História, Cultura e Identidades na Universidade Estadual de Ponta Grossa- PR. Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí- UESPI. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA. E-mail: thaynaguedes1996@gmail.com

² Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná- UFPR. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Poeta Torquato Neto. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História-ProfHistória da UESPI. Professora Colaboradora do Programa de Pós- Graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí- UFPI. E-mail: joseannemarinho@cchl.uespi.br

especially throughout the 20th century, had as one of its characteristics the strong social attacks on women and their bodies, and those who were far from the models of women guided by marriage, motherhood and their entailments, were incorporated into the field of the different, unfeasible and, often, pathological. However, as the 21st century approached, it became increasingly unsustainable to keep these women in the field of the unseen.

Keywords: History; Gender; Not motherhood; Work; Schooling.

Considerações Iniciais

As concepções que a sociedade formou sobre a maternidade foram sofrendo intensas transformações a partir da segunda metade do século XX. Foi quando a valorização da condição de mãe veio acompanhada do atravessamento de diversas fronteiras pautadas pelo gênero à medida que as mulheres passaram, de maneira mais intensificada, a aspirar por autonomia e equidade, que frequentemente foram limitadas ou negadas. Essa condição foi marcada por maiores liberdades sobre os corpos femininos e controle do desenvolvimento de suas relações afetivo-sexuais, em que essas eram não mais condicionadas ao desenvolvimento de uma gestação compulsória a partir do advento da pílula contraceptiva como símbolo de libertação. A busca por maior igualdade envolveu também a ocupação de espaços outrora negados e/ou limitados, como foram os níveis educacionais e o acesso feminino ao campo de profissionalização (BADINTER, 2011).

A maternidade como parte de um contexto específico de mulheres-mães dentro da história frequentemente esteve, e ainda persiste sob variadas formas, em um cenário de imposições ao feminino. Uma situação que carrega consigo diversas intencionalidades políticas e sociais, que foram construídas e consolidadas culturalmente diante das desigualdades entre os gêneros, além de serem muitas vezes pautadas pela diferenciação sexual, acentuando ainda mais a disparidade entre homens e mulheres nos cenários familiares, profissionais e educacionais. A partir de maiores direitos e atuação nas esferas pública e privada, as mulheres continuam constituindo-se a partir de realizações e aspirações que transcendem muitas vezes aquelas relacionadas exclusivamente à maternidade, sendo que esta vai ganhando o espaço do adiamento ou mesmo da inexistência na vida feminina das últimas décadas do século XX.

Considerando as invisibilidades sociais acerca da condição feminina, torna-se convidativo recordar Joan Scott (1998, p. 298) quando pontua que “Tornar o movimento visível quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevalecentes e abre novas possibilidades para todos.” Portanto, a partir de estudos como esse, é possível proporcionar visibilidade a

diversas questões que se encontram presentes na sociedade, mas que são relegadas ao campo do oculto, causando sentimentos de não pertencimento, ações desrespeitosas e preconceituosas para com quem foge dos padrões normativos impostos cultural e socialmente.

Nisso, o não desenvolvimento da maternidade na atualidade perdura como contradição diante da função social feminina tradicional defendida por uma parcela significativa da sociedade formada, sobretudo, por conservadores, sendo ainda concebida como uma situação que se contrapõe a uma suposta normalidade da natureza feminina. Portanto, desenvolver uma pesquisa relacionada a esse objeto de estudo é ecoar vozes que em muito foram silenciadas através de uma temática presente no meio social, quebrando o silenciamentos, desafiando noções impostas e abrindo novas possibilidades para todas e todos.

As pesquisas no cerne dos estudos de gênero nem sempre estiveram presentes no campo historiográfico, onde só se tornam possíveis de maneira mais expressiva por volta das décadas de 1970 e 1980 com o *boom* da Nova História Cultural. Até os séculos XVIII e XIX existiam historiadores que desenvolviam suas pesquisas segundo o viés da História Cultural Clássica, na qual compreendia a cultura como uma totalidade homogênea, enquanto que na Nova História Cultural a busca investigativa ocorria diante das particularidades da cultura e a partir da renúncia da arrogância discursiva. (REVEL, 2009).

É notória a contribuição da nova abordagem historiográfica a partir da articulação de estudos em torno daqueles excluídos da história, como mulheres, pobres, negros e outros elementos marginalizados da sociedade que, por muito tempo, foram considerados de pouco valor acadêmico. Nesse sentido, a não maternidade como objeto de análise histórica está inserida na chamada “Virada da História Cultural”, onde para além da história tradicional, em que consistia a política, buscou-se a inserção de estudos em caráter nacional, mas também investigações associadas ao mundial e regional, considerando as diversas temáticas que eram deixadas à margem, como as feminilidades.

As mulheres, portanto, dentro da história, foram durante muito tempo relegadas a um papel secundário e de subalternidade, levadas ao campo do universalismo sob a perspectiva do homem em relação aos acontecimentos. Sem direito a uma efetiva história, muitas vivências foram sendo colocadas à margem, dada a hierarquização social. Contudo, apesar das mulheres terem sido submetidas a um constante silenciamento de suas histórias, estas não deixaram de fazer parte de movimentos sociais visando as reivindicações de seus direitos. (PERROT, 2007).

Na busca de responder ao objetivo proposto nesse estudo, estabeleceu-se como fonte primária o uso de entrevistas. Na perspectiva de Verena Alberti (1989), a História Oral utiliza testemunhos de sujeitos históricos que vivenciaram contextos a partir de suas diversas visões de mundo, permitindo uma interpretação do passado vivido. Além disso, do cruzamento com fontes escritas, proporcionam a análise dos fatores subjetivos implícitos nas narrativas, rompendo silêncios e alcançando informações específicas.

Foram usadas entrevistas semiestruturadas que de acordo com Gaskell e Bauer (2010), procuram estimular e encorajar uma entrevistada ou entrevistado a relatar os principais aspectos relacionados à sua vida e ao seu contexto social, sendo necessário configurar a confiança mútua com a entrevistadora ou entrevistador. Foram inquiridas três mulheres que não desenvolveram a condição materna, denominadas por Begônia³, Tulipa⁴ e Azaleia⁵. Os codinomes⁶ utilizados na denominação das entrevistadas são fictícios e foram escolhidos pelas próprias pesquisadoras que desenvolveram o presente artigo.

Ressalta-se que as entrevistadas advêm de setores sociais desfavorecidos economicamente, encontrando-se na atualidade a partir de setor médio da população, oportunizando uma maior compreensão dos aspectos culturais introduzidos na sociedade considerando suas continuidades e discontinuidades. O estudo teve como foco temporal o período da segunda metade do século XX, opção que se justifica pelo fato da época constituir-se pela relevância na vida das mulheres no que tange aos aspectos de uma relativa abertura para a liberdade sexual manifestada na difusão da pílula contraceptiva, bem como por se caracterizar pela temporalidade de nascimento das colaboradoras da pesquisa.

À vista disso, é possível refletir que a partir do que se propõe este texto, junto às falas de mulheres não mães no cenário brasileiro, é perceptível que “A visibilidade da experiência se torna então evidência para o fato da diferença [...]” (SCOTT, 1998, p. 301-302). Desse modo, mais do que tornar as experiências femininas em não desenvolvimento da condição materna visíveis, é compreender o que está relacionado a isso e suas implicações.

³ Nasceu em São Luís, capital do Estado do Maranhão em 17 de abril de 1966. Estado civil: solteira. Tem formação de nível superior em Letras, exerce a função de professora da rede Estadual de ensino do Maranhão.

⁴ Oriunda de Teresina, capital do Estado do Piauí. Nascida em 07 de fevereiro de 1973. Estado civil: solteira. Tem formação de nível superior com pós-graduação em nível de mestrado em sua área de atuação, geografia, exerce a função de professora da rede Estadual de ensino do Piauí e do município de Timon.

⁵ Nascida em Teresina, capital do Estado do Piauí. Nascida em 15 de julho de 1970. Estado civil: solteira. Tem formação de nível superior em Serviço Social, exerce a função de assistente social na rede municipal de saúde de Timon.

⁶ A escolha dos nomes das colaboradoras da pesquisa a partir de flores não se configura como contribuinte à normatização de padrões preexistentes sobre os aspectos de doçura e sensibilidade como intrínsecos as mulheres, mas sim, sob um viés de resistência em que a ausência da maternidade não diminui a condição de ser mulher e sentir-se completa.

A maternidade que não chegou: interfaces entre casamento, educação e profissionalização

Nesse tópico, o tema será abordado a partir da emergência de algumas questões que foram desenvolvidas para a análise. O objetivo proposto é compreender como essas mulheres lidaram com a inexistência da maternidade de forma pessoal e os aspectos sociais relacionados ao não exercício desse tornar-se mãe, como a escolarização e a profissionalização analisadas diante das possibilidades de ocorrência do matrimônio.

Em meio ao processo de feitura desse trabalho, os testemunhos orais se constituíram como forte contribuinte, pois a partir das falas das mulheres integrantes dessa pesquisa foi possível acessar as memórias individuais. À medida que as narrativas foram sendo expostas, foi possível perceber que a vivência da ausência da maternidade ocorreu de maneira singular, mas que nas individualidades dessas histórias houve momentos de ligação diante das causas e compreensões, bem como dos modos de desenvolvimento de funções maternas sob outras circunstâncias das vivências. Para Maurice Halbwachs (1990), a memória coletiva constitui-se a partir da conexão de diferentes memórias individuais que vivenciaram transformações de acordo com o contexto ocupado pelos proprietários de tais lembranças. Logo, a importância da memória coletiva está em manter viva as lembranças comuns não apenas a uma pessoa, mas a um grupo de indivíduos ou sociedade.

Diante da ausência da maternidade pelas mulheres entrevistadas, julgou-se importante compreender o caminho percorrido por elas diante de aspectos que poderiam estar envolvidos de alguma maneira na condição da não maternidade. As participantes da pesquisa encontravam-se solteiras e não haviam desenvolvido matrimônio até o momento da entrevista, sendo que aqui apresentam-se algumas de suas considerações acerca dessa questão:

Eu sou bem resolvida, né? Eu. É... Para mim essa não é a coisa mais importante não. Para mim, o mais importante é o meu trabalho, eu ter meu dinheiro todos os meses ((risos)) para comprar minhas coisas, eu ter a minha independência, que isso para mim é primordial, ter a minha independência e também eu valorizo muito a minha família, eu sou muito apegada a minha família ainda, até hoje ((risos)) (TULIPA, 2020, p. 26).

Com naturalidade! Minha felicidade depende de mim mesma e de Deus. Minha prioridade é ter paz, saúde acompanhado da família, amigos, viagens e do meu trabalho. (BEGÔNIA, 2020, p. 34).

Tranquilo, porque o matrimônio é assim... Para mim, eu sempre, eu fico observando, ouvindo relatos de amigas que não são felizes, frustradas, relacionamentos conturbados, falta de respeito, não respeita o espaço delas

é... E eu não me arrependo porque eu tenho minha liberdade, eu sinto falta assim, de uma companhia, mas não sinto falta de marido, de jeito nenhum, pois liberdade é tudo, a liberdade é tudo na vida de um ser humano. (AZALEIA, 2020, p. 30).

As três narrativas complementam-se e permitem a pontuação de que o matrimônio não se traduz como essencial na vida dessas mulheres. Os relatos expõem bem a importância de outras prioridades, como suas famílias, suas liberdades e o respeito aos seus espaços. Tulipa e Begônia evidenciam, ainda, os fatores relacionados aos seus ofícios acerca, inclusive, da valorização de independência financeira, bem como a presença de momentos de lazer junto aos seus familiares e amigos. O que vai ao encontro com a fala de Azaleia, que evidencia a valorização diante de sua liberdade, e que expõe até sentir falta da presença de uma companhia, mas que, diante dos relatos oriundos das vivências de suas amigas quanto às suas relações matrimoniais, considera a sua liberdade como maior ganho do que um relacionamento oriundo de privações e vigilância. Nota-se a presença da palavra liberdade nas falas das três entrevistadas, o que nas palavras de Azaleia torna-se ainda mais expressiva e evidente diante das narrativas desenvolvidas por suas amigas, o que levou a busca de maiores compreensões sobre seus relacionamentos. Diante disso, quando a pergunta se direcionou para a existência de namoro e noivado, a resposta que mais se destacou foi a de Azaleia, expondo que:

Em relação a relacionamento ((Risos)) é muito complicado, eu vou dizer assim, já namorei, eu tive vários namorados, desde adolescência, né? [...] o último que foi o mais extenso que eu tive é... Coisa que me deixou meio frustrada... Envolvimento que a gente teve de vários anos e o que eu percebo que eu fiquei até assim meio frustrada por conta de tanto tempo e não ter reconhecimento, como se a gente... A dedicação que a gente teve esse tempo todo não passasse de nada, porque para eles, eles têm a mente muito pequena, torta e não respeita o espaço, principalmente quando a mulher... Se destaca profissionalmente é um incomodo muito grande para eles, veem traição em todas as ações de trabalho da gente. (2020, p. 28).

A relação amorosa vivenciada por Azaleia evidencia a partir de sua narrativa os momentos de conflitos e desconfianças por parte do então companheiro, o que resultava na sua desvalorização enquanto mulher, impactando negativamente até mesmo nas demais relações com pessoas em outros espaços sociais. Ocorria que o então namorado sentia-se no direito de proibir ou questionar quaisquer de suas amizades, sobretudo em relação aos homens. O que demonstra o caráter de abuso vivenciado de forma prolongada, como pode ser evidenciado mais uma vez na seguinte fala:

22 anos que já vinha desgastado a muito tempo, a princípio era um amor assim, que eu pensei que seria eterno, que ele seria meu marido, que eu iria casar e tudo, mas com o passar do tempo a gente vai conhecendo a pessoa e a pessoa vai mostrando realmente quem é. E ele era totalmente o oposto do homem que eu me apaixonei e que deixei de gostar, que tive coragem, graças a Deus e atitude, porque por ser um relacionamento duradouro, as pessoas diziam e ele ser muito agressivo, muito machista, conservador, as pessoas diziam que ele poderia me matar se eu terminasse com ele. (AZALEIA, 2020, p. 28).

Nota-se que a relação de longos anos foi pautada por muitos momentos de tensão, carregados de ameaças e demonstrações de perigo sobre aquela a quem o então namorado dizia amar. Comportamentos agressivos e falas machistas, foram desgastando a relação e transformando o amor que Azaleia sentia até o ponto em que ela decidiu tomar uma atitude e sair da situação, como ela admite: “ele achava que todo e qualquer homem que eu falasse... Eu tinha um caso com ele, eu acho que isso foi a gota d’água, a falta de respeito, a falta de confiança... Que fez a gente terminar... A gente não, eu terminar.” (AZALEIA, 2020, p. 29).

Diante do cenário dialógico desenvolvido a partir das visões e compreensões amorosas das entrevistadas quanto ao casamento, é pertinente inferir uma problematização sobre o amor romântico, pois é muitas vezes idealizado e propagado, mas comumente retoma semelhanças exemplificadas em atitudes de ciúmes excessivos e tentativa de controle do feminino a partir de uma fala situada em prol do aspecto sentimental. O amor romântico potencializado por influências do patriarcado apresenta-se como um catalizador que tende a propagar narrativas e práticas violentas que caracterizam a dominação masculina, perpetuando as desigualdades entre homens e mulheres nas relações manifestadas no dia a dia. (JUNQUEIRA; MELO, 2014).

Tal aspecto torna clara a causa da grande ênfase sobre a palavra liberdade da entrevistada, cujas marcas deixadas por um relacionamento abusivo foram vivenciadas durante vários anos. Desse modo, o casamento para ela não se traduzia em uma ausência, assim como para Tulipa e Begônia, que mesmo não externando experiências tão opressoras como as de Azaleia, também não encontraram na afetividade da relação um alicerce seguro para uma união matrimonial.

Quando indagadas se mesmo não havendo a presença do casamento na vida delas, houve o desejo de desenvolvimento da maternidade, o que se revelou foi que apenas para Azaleia isso foi analisado como uma possibilidade, mesmo não podendo acontecer por motivos de saúde. Diferenciando-se dessa perspectiva apontam-se as percepções de Begônia e Tulipa, em que destacou-se a ênfase da última em pontuar que “[...] se eu tivesse filhos era

através do casamento mesmo, né? Eu não pensei em ser mãe independente, nunca tive esse pensamento não. Mas não aconteceu por motivos realmente superiores que não deu para acontecer, mas eu sou bem resolvida em relação a isso.” (TULIPA, 2020, p. 25). Essa afirmação evidencia o ideal de procriação a partir de uma constituição familiar, o que se fez de norteador para a entrevistada, sendo que este assunto se situou de maneira resolutiva em sua vida.

Diante dessas considerações, é indicativo mencionar a relevância dos movimentos feministas em prol da igualdade de gênero a partir dos direitos das mulheres para além de papéis impostos ao longo da história, como os de mãe e esposa, abrindo o horizonte das mulheres para outras vivências que lhes causem satisfação pessoal através de aspectos referentes aos seus ofícios no espaço público, por exemplo. O casamento foi deixando de ser uma determinação e objetivo comum de vida para muitas mulheres, passando a ser uma opção entre várias outras possíveis (ALVES; PITANGUY, 1995). E essa geração de mulheres entrevistadas faz parte de um novo momento em que há uma maior inserção feminina no mercado de trabalho e níveis de escolarização. Portanto, elas recebem uma educação já não mais exclusivamente voltada para as perspectivas tradicionais como era predominante até a primeira metade do século XX, visando a partir de então a uma maior autonomia feminina acerca de suas escolhas de vida.

É necessário inferir que o século XIX foi marcado pela presença feminina nas lutas por maiores direitos trabalhistas e civis, como o direito ao voto. Já nesse contexto se destacaram líderes como Flora Tristan e Jeanne Deroin, propagando que as mulheres precisavam educar-se e se organizar para a defesa de seus direitos em relação aos homens. E nesse cenário determinadas mulheres romperam com as amarras dos seus silêncios e intensificaram movimentos de contestação. Contudo, no cenário brasileiro, é só a partir da década de 1930 que algumas das reivindicações femininas começam a ganhar espaço de solidez, quando já poderiam votar e serem votadas, além de ingressar com um pouco mais de propriedade nos espaços escolares e no mercado produtivo do trabalho (ALVES; PITANGUY, 1995).

Esse período também foi potencializador para o atendimento das causas feministas em decorrência de fatores sociais que impactaram diretamente com a economia. Por se tratar do período da Segunda Guerra mundial, nos quais os homens tiveram que desprender suas forças produtivas para o combate, as mulheres então assumiram o espaço no trabalho público anteriormente ocupado pelo público masculino. Entretanto, essa abertura para as mulheres

logo foi desestimulada e, com o fim da Guerra, logo foi retomada uma exaltação das atribuições femininas para as atividades destinadas ao lar. Porém, as lutas femininas não deixam de existir e as mulheres foram cada vez mais tomando o espaço que é seu junto à sociedade, ainda que a passos lentos e descontínuos, que é o da igualdade de gênero.

Diante desse movimento de transformações sociais incorporadas pelas mulheres, a inserção no mercado de trabalho e níveis de escolarização se tornam fortes contribuintes para a formação de novas percepções diante daquelas que nascem e crescem em meio a esse cenário de mudanças, o casamento e a maternidade já não se constituem como o destino para todas as mulheres. Sobretudo na década de 1960, em que o feminismo incorporou outras frentes de manifestações, acrescentando questões relacionadas aos aspectos culturais envolvendo o feminino e o masculino, que “questiona assim a ideia de que homens e mulheres estariam predeterminados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade: ao homem o mundo externo; à mulher por sua função procriadora, o mundo interno.” (ALVES; PITANGUY, 1995, p. 54-5).

Pode-se então reconhecer que a presença feminina no campo do trabalho em âmbito público ocorreu a partir de atividades que eram estendidas à sua condição tradicional de mulher, viu-se no magistério uma grande presença feminina como meio de acesso à escolarização. Contudo, o processo de ampliação legal quanto ao acesso à educação escolar ocorreu de modo vagaroso, quando somente em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ocorreu a equivalência entre os cursos secundários. (Lei 9.394, 1996). Nisso, o Curso Normal secundário, com um público massivamente feminino desde o final do século XIX, balizou novas perspectivas à medida que deixou de ser um curso apenas profissionalizante e direcionou possibilidades para as mulheres acessarem o ensino superior, sendo esta opção escolhida por muitas que estavam interessadas em provavelmente ser mais que donas de casa. (ROSEMBERG, 2012).

A partir das escolas normais foi possibilitada a maior participação e abertura para as mulheres na educação brasileira e no mercado de trabalho, uma saída para aquelas que pretendiam prosseguir nos estudos, conseguir autorrealização pessoal ou mesmo sair da dependência financeira restrita dos pais e do marido através de sua entrada no mundo do trabalho como professoras primárias (MARINHO, 2021). Nessas instituições, as mulheres, principalmente aquelas relacionadas às elites e setores médios, fortaleciam seus questionamentos sobre a estrutura social brasileira de privilegiar apenas os homens em detrimento do público feminino.

Gradativamente a sociedade brasileira da década de 1970 estava sendo testemunha do rompimento de uma série de limites impostos às mulheres ao longo da existência do país, obstáculos influenciadores inclusive de sua vida pessoal. Nessa época, vários obstáculos relacionados a uma educação formal e pública das mulheres foram rompidos no decorrer desse percurso, tais como exemplifica Fúlvia Rosemberg:

A segregação sexual das escolas, interditando a educação mista; o ideário de que a educação de meninas e moças deveria ser mais restrita que a de meninos e rapazes em decorrência de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua “missão” de mãe; o impedimento a continuidade dos estudos secundários e superior para jovens brasileiras. (2012, p. 334).

Desse modo, a educação mista na qual, homens e mulheres estariam dividindo o mesmo espaço escolar é relativamente recente, sendo importante observar que a participação feminina na educação brasileira estava restrita a espaços específicos. Uma forma de segregação social a nível educacional que limitava os conhecimentos a serem explanados às mulheres por serem considerados impróprios às características supostamente inatas da condição feminina, mas provavelmente também por medo de que as mesmas fossem incitadas a questionar a passividade de uma vida de submissão perante o universo masculino ainda preponderante no Brasil.

O cenário vivenciado nacionalmente de maneira mais expressiva a partir da segunda metade do século XX, evidencia os novos ares a que a sociedade vinha almejando e sendo introduzida, onde não mais se fazia conter as mulheres ao espaço meramente privado. Com isso, as entrevistadas dessa pesquisa têm sua educação inserida nesses novos modelos sociais, onde coube indagá-las sobre a relação entre a escolarização, suas profissões e trajetórias privadas.

Para Azaleia (2020, p. 28), o período inicial de seu contato com os níveis de ensino ocorreu ainda pautado sob uma ótica de ensinamentos condicionados à submissão feminina, “a princípio era mais voltada para a família, obediência, respeito, mas com o passar do tempo, quando a gente passou para o ensino médio já foi abordada de outra forma. Foi passada que a vida é conquistada dia a dia de acordo com os desejos da gente.” O que para Tulipa (2020, p. 23) foi algo evidente desde o início de sua vida educacional, pois “já tenho minha especialização, eu fiz meu mestrado também e... sim a gente já tinha um objetivo de buscar um cargo profissional de quando concluir os estudos.”

Essa perspectiva aponta para uma visão de superação de meios anteriormente impostos como vislumbrados a todas as mulheres, o do matrimônio e maternidade, em que mesmo

havendo no início da esfera educacional de Azaleia, que partiu de uma temporalidade diferente da de Tulipa, pois estas possuem idades diferentes, já era ofertada uma instrução escolar a nível de maiores satisfações pessoais femininas, como a busca por inserção no mercado de trabalho através de maiores investimentos na atividade educacional. Diante disso, é que ambas as entrevistadas possuindo nível superior de ensino, estabilizaram-se profissionalmente como funcionárias públicas.

Quanto a Begônia (2020, p. 34), também discorreu sobre a sua profissão: “atualmente trabalho como servidora pública da Rede de Ensino, exercendo a função de professora. No meu ofício os pontos positivos são: ensinar e nunca parar de aprender; deixar um legado.” Para Tulipa (2020, p. 25), que também possui o mesmo ofício, este se deu em sua vida desde muito jovem, com 17 anos de idade, “Já tive todo esse trabalho, desde a Educação Infantil até o curso superior. Então, foi uma trajetória enriquecedora e... de grande valia para mim porque eu sempre gostei de dar aula, eu me identifico com essa profissão.”

Essas são, portanto, mulheres que encontraram na atividade professoral a realização de uma vida profissional e independente, onde foi possível o contato com diversas pessoas, de vários extratos de gênero, raciais e etários. Assim como também foi possibilitado ser identificado na fala de Azaleia acerca de sua profissão o seguinte: “o ponto mais feliz da minha vida, minha carreira profissional [...] eu faço um trabalho que eu amo muito assim, assistente social, [...] que é auxiliando os... menos favorecidos, sabe?” (2020, p. 29). A profissionalização, portanto, constitui-se como fator de forte desenvolvimento de satisfação para essas mulheres, oportunizando vivências de uma vida financeira independente, atendendo aos seus interesses pessoais, que transcendem os da maternagem.⁷

Cabe considerar que as escolhas profissionais desenvolvidas pelas mulheres participantes desse estudo em muito falam acerca do contexto em que nasceram e tiveram suas construções sociais e culturais, em que pese o fato de que na segunda metade do século XX, sobretudo em regiões interioranas, como é o caso da cidade das colaboradoras, as perspectivas de acesso para as mulheres, no espaço público, ainda se mostravam limitadas. Ofícios ligados ao cuidar, como é o de professora e assistente social, foram incorporados como aqueles ideais para a participação feminina. Assim, a maternagem se fez presente na trajetória de vida dessas mulheres, ainda que de maneira tangencial através do trabalho produtivo. Essa é uma condição que se faz cada vez mais constante na vida de muitas mulheres particularmente nas últimas décadas do século XXI quanto ao adiamento ou mesmo

⁷ Estabelecida a partir do vínculo de cuidado, afeto e acolhimento advindo da mãe para com o filho. (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014).

inexistência da chegada de uma prole, dadas as não condições de assistência às mulheres mães para conciliarem uma vida profissional e maternal de maneira digna e igualmente distribuída entre mães e pais. (KERGOAT, 2009).

Já no contexto da década de 1970, as mulheres ainda eram uma maioria restrita apenas ao nível de ensino médio, sendo que somente nos anos de 1990, essa situação foi vista no ensino superior de graduação. No ano 2000, foi a vez da pós-graduação conter um maior número de mulheres como alunas. Logo, percebe-se a inserção gradativa da maioria de mulheres na educação escolar brasileira, incluindo no ensino superior e da formação continuada. (ROSEMBERG, 2012).

Mesmo diante das conquistas dos movimentos feministas ao longo do tempo, sobretudo no decorrer do século XX, ainda é perceptível as amarras a que são submetidas as mulheres na sociedade. Imputadas aos papéis de esposa e mãe como imprescindíveis a maior satisfação à sua condição de mulher, aquelas que fogem desses padrões normativos impostos pela sociedade ainda encontram determinados estereótipos que tensionam a sua condição de não mãe por não ter desenvolvido vivências ditas como fundamentais para o pleno desenvolvimento do ser mulher, sendo muitas vezes identificadas como menos realizadas. Contudo, apesar desses olhares desrespeitosos e preconceituosos a que mulheres ainda se encontram sujeitas a vivenciar, o não exercício da maternidade vem se tornando progressivamente afirmativo.

Vale ressaltar que as mulheres foram muito férteis até a metade do século XX, tendo como perspectiva a cultura da família numerosa e a ausência de métodos anticoncepcionais seguros, fortalecendo a ideia da necessidade do grande número de filhos nos núcleos familiares. Foi a partir da chegada da pílula contraceptiva de modo mais difundido e acessível para as mulheres, que começou a ocorrer um processo de mudança sensível nos modos de vida e perspectivas, no qual o ser feminino passou a controlar mais e melhor os seus corpos, decidindo pela existência ou não de uma gestação, em que passaram a postergar a maternidade ou mesmo torná-la inexistente em suas vivências. (VÁZQUEZ, 2015).

Apesar da chegada da pílula contraceptiva se caracterizar como um marco na liberdade sexual feminina, havendo nela um meio para o adiamento ou não existência de uma gestação, além da maior participação das mulheres no cenário público de poder a partir do trabalho produtivo, essas não se tornam as únicas causas pelo não desenvolvimento da condição materna biológica. Partindo dessa concepção é que o tópico seguinte objetiva compreender as causas da não condição materna pelas colaboradoras da pesquisa.

A maternidade que não chegou: as questões de saúde e as implicações de uma inovadora condição de vida

Múltiplos são os fatores ligados ao não desenvolvimento da condição materna, como as questões já mencionadas sobre a maior inserção feminina no mercado de trabalho e a elevação dos níveis de escolarização, intensificadas no Brasil desde a década de 1970, além de aspectos relacionadas ao campo da saúde, que transcenderam os desejos de mulheres quanto ao desenvolvimento de uma maternidade biológica pela valorização em torno das perspectivas e vivências femininas que até então eram excluídas da História (RAGO, 1998). À vista disso, a queda na taxa de fecundidade entre as brasileiras tem apresentado decréscimo desde a década de 1960, quando a taxa passou de 6,3 filhos por mulher em 1960 para 5,8 em 1970. Essa queda continuou com o percentual de 4,4 em 1980 para 2,9 em 1990, o que pode ser aliado ao acesso das mulheres aos contraceptivos, bem como seu maior acesso a meios profissionais e educacionais, como já fora mencionado (GIANNINI, 2018). A diminuição ou inexistência no número de filhos por mulheres, portanto, é uma realidade.

O advento da maternidade foi durante muito tempo considerado pela sociedade ocidental como o principal elemento a ser almejado pelas mulheres, sendo construída culturalmente como inerente à natureza feminina, era necessário e até recomendável que as mulheres sempre tivessem consciência da importância de constituir família, ou seja, ter um marido e filha ou filho. Essa constatação tributária de uma visão patriarcal deveria ser a bússola de orientação para a existência feminina. A maternidade deveria ser encarada como um aspecto de crescimento tanto sociocultural, quanto pessoal para as mulheres, motivo pelo qual não deveriam ser inseridas em atividades além daquelas tidas como próprias em relação às suas características.

Contudo, a partir das transformações culturais, sociais, políticas e econômicas vivenciadas pelo mundo, especialmente no decorrer de meados do século XX, estimuladas por movimentos, tais como os feminismos e suas novas ondas, *hippie* e direitos civis, contribuíram para que as mulheres começassem a romper cada vez mais com essa ideia e consciência de felicidade apenas relacionada à maternidade. Esse rompimento foi possível, sobretudo, com a participação e contato de mulheres com ambientes públicos intelectuais e acadêmicos, atuação no mercado profissional e participação em movimentos sociais (RAGO, 1998).

E é com base nisso, que se buscou integrar na discussão a relevância do trabalho e da educação como propulsores de desenvolvimento feminino na sociedade, e, em especial, como esse processo foi ocorrendo no Brasil. Contudo, apesar desses fatores se constituírem como potencializadores referentes ao não desenvolvimento da maternidade, foi possível constatar que essas causas tangenciaram impedimentos e escolhas para a não presença dessa maternidade na trajetória das mulheres ouvidas para esse estudo.

As motivações advindas de questões de saúde para o não desenvolvimento de uma maternidade biológica por parte das colaboradoras da pesquisa ocorreu a partir de duas maneiras distintas. Para Azaleia e Tulipa o fator preponderante decorreu da retirada do útero. Para Begônia, o fato aconteceu a partir do fim da idade fértil, onde se viu diante de um momento que já não seria mais possível tornar-se mãe biologicamente. Diante disso, quando foram indagadas sobre como se deu essa experiência, destacam-se as seguintes falas:

na minha juventude, eu tinha um tabu muito grande em relação a isso, né? Não queria aceitar, justamente no período que eu fiz essa cirurgia eu fiquei... com um problema muito sério, porque eu não queria aceitar [...] uma cirurgia e tive que tirar tudo. Então, isso foi impactante, muito impactante e para eu colocar isso na minha cabeça demorou um pouco, para eu aceitar essa situação. Mas pela minha vida eu aceitei, que eu não tivesse feito isso, eu não teria sobrevivido. Então, com o tempo eu fui amadurecendo sobre essa questão e hoje eu estou bem resolvida sobre esse assunto. (TULIPA, 2020, p. 24).

Nota-se que a chegada desse problema de saúde que interferiu na presença de uma maternidade biológica por Tulipa foi fator de grande trauma, pelo menos até determinado momento de sua vida, onde foi difícil a aceitação para a condição. Esse fato se deu ainda em sua juventude, o que gerou impacto em suas perspectivas em tornar-se mãe. Essa causa aconteceu de forma similar para Azaleia:

aos 23 anos, eu descobri que tinha um problema, um problema de mioma e não me deu saída, eu tive que fazer um procedimento (cirúrgico) e me deixou assim, né? Acabou o sonho... da maternidade, por conta desse problema e não teria como, mesmo se eu quisesse fazer uma produção independente que eu tinha esse pensamento na época, eu só tinha 23 anos, de... casar... Eu não poderia ter filhos, porque seria um tratamento muito, muito demorado e como o... meu problema estava se agravando era ou a cirurgia ou a vida. Então, eu optei pela cirurgia e assim, eu não me sinto frustrada por não ter sido mãe, os meus sobrinhos são os filhos que eu não tive e eu estou aqui de braços abertos para acolher qualquer um, tanto que... Eu não sinto ausência assim não de maternidade, várias pessoas dizem assim. “Adota!” e eu digo. “Eu não”, eu já tenho tanto carinho de sobrinho, eu sei que não partiu de meu ventre, mas eu sei que é um amor verdadeiro e tem um vínculo familiar, isso para mim é o que importa. (AZALEIA, 2020, p. 30).

Na fala de Azaleia é possível ver a presença de uma insatisfação a princípio, quando o procedimento cirúrgico teve que ocorrer. As suas perspectivas, assim como as de Tulipa davam-se em torno do desejo do desenvolvimento de uma maternidade, evidenciada a partir de palavras como “sonho”, e que mesmo se viesse a chance de uma produção independente essa não seria mais uma alternativa. Contudo, ela acentua alguns pontos de sua vida que foram fundamentais para que pudesse sentir-se tranquila em relação à não maternidade, pois encontrou em seus sobrinhos o amor que lhe pudesse ser sentido na ausência de uma filha ou filho, mesmo diante de investidas de outras pessoas quanto à ideia de adoção.

Nota-se que as três entrevistadas desenvolveram uma maternagem a partir de cuidados destinados não a seus filhos biológicos, pois estes não chegaram, mas, aos sobrinhos e, para além destes, também em suas atividades profissionais que exigiam uma certa relação de cuidado para com outrem. Há que considerar o poder das amarras culturais diante dos modos de configuração de suas vidas, em que o olhar cuidadoso para com outro indivíduo não advém apenas da maternidade biológica.

Os aspectos relacionados ao impedimento da maternidade a partir de questões de saúde feminina, já foram objeto de conflitos internos dado as investidas sociais que fizeram do corpo feminino objeto da ciência. Nesse sentido, a medicina contemporânea também tem papel de destaque no controle das emoções e da mentalidade da sociedade em torno da gravidez das mulheres, muitas vezes contribuindo para manter a concepção de que a maternidade pode ser cada vez mais acessível ao público feminino devido aos novos avanços de uma ciência direcionada para a fertilidade.

Para Joseanne Marinho (2018), a gestação pode ser analisada como uma condição que tem sofrido de forma progressiva a intervenção da medicina, sendo que nesse processo a medicalização tem o intuito de disciplinar comportamentos e atitudes relacionadas à doença, evidente ou iminente, a partir de um conjunto de iniciativas educativas, higiênicas e curativas. E nesse contexto o comportamento das mulheres gestantes passa pelos olhares dos novos aspectos médicos científicos como uma forma de manter as crianças sobre a proteção e permanecer a ideia de mulher dócil, assim como para as mulheres não mães que se tornam alvo das investidas médicas com a ligação de seus corpos ao campo patológico.

Nesse mesmo cenário é convidativo analisar os aspectos em torno da constituição do discurso médico sanitário, que a partir de meados do século XIX ganhou dimensão e teve como principais medidas a disciplinarização e o controle feminino através de seus corpos,

sendo aliado daqueles discursos masculinos e normativos que propunham a identidade feminina através das questões relacionadas ao privado. Tem-se, então, a valorização do papel da mulher como pertencente e responsável pelo lar, atribuindo uma missão sagrada ao feminino sob a implantação da ideia de vocação natural para a procriação. (RAGO, 2006). Portanto, nesse jogo de narrativas desenvolvidas a partir de um respaldo científico, toma forma uma série de opressões sobre as mulheres, ao passo que há uma busca por mantê-las restritas ao âmbito privado, espaço no qual suas funções sociais estariam restritas às atividades domésticas, e as dos homens estariam condicionados ao público, desenvolvendo ofícios mais visibilizados.

A disciplinarização dos corpos femininos a partir das falas médicas faz parte de um processo onde é possível perceber que nas décadas de 1930 e 1940 houve uma implantação de políticas públicas em torno da maternidade. (MARINHO, 2018). Diante desse discurso, o Estado e os médicos aproximavam-se do seu real interesse, que não se tratava das mulheres, mas sim das crianças. Portanto, era necessário que o discurso do Estado através dos médicos, que possuía como intenção o sucesso da tarefa patriótica que era de salvar e preservar as crianças, isso através das mães, as que gestam e cuidam de sua prole (MARTINS, 2005).

Embora contivesse uma aparente proteção e valorização da mulher como cidadã, o discurso maternalista trazia consigo as características de enaltecimento da função maternal feminina. Sendo a maternidade apontada pelos médicos como algo intrínseco à sua natureza de mulher, encontrando-se presente até mesmo daquelas que não se tornaram mães biologicamente, mas exercem esse papel de outras maneiras, como é o caso das religiosas e solteiras que se dedicavam aos trabalhos assistenciais.

Mais uma vez é possível analisar a presença dos interesses do Estado através da fala dos médicos quanto à importância da gestação e não simplesmente dela, mas dos modos como deveria ser criado e cuidado esse filho ou filha. E para aquelas que não vivenciavam a maternidade biológica também teria um espaço nessas falas, pois poderiam desenvolver seus ditos instintos maternais com ações benemerentes e o cuidado de afilhados e parentela, por exemplo. O poder dessas falas foram impactantes e tiveram influência de certa maneira, ainda nos modos como essas mulheres nascidas nas décadas de 1960 e 1970 foram educadas. Ressalta-se que todas as entrevistadas, apesar de não terem experienciado a maternidade, desprenderam cuidados e amores a sobrinhos e sobrinhas.

Nesse sentido, como aponta Georgiane Vázquez (2015), com a consolidação dessa ideia pautada em um projeto civilizador que toma como articulação práticas e falas em torno

da maternidade e dos cuidados infantis, a ausência da maternidade passou a compor o campo do patológico. O que resultou em traumas e certos desconfortos para algumas mulheres conviverem com a ausência da maternidade a partir de suas impossibilidades físicas. Entretanto, apesar desse caráter desconfortável ter feito parte da vivência de Tulipa e Azaleia quando foi realizada a retirada do útero, essa não foi uma consequência que perdurou por todo o tempo, pois ambas relataram que se encontram bem resolvidas quanto as suas condições de mulheres não mães.

Retomando as narrativas acerca da não maternidade pelas entrevistadas, observa-se que Begônia apresentou uma indicação diferente das outras duas entrevistadas, apenas pontua que “Quando percebi que meu relógio biológico estava no limite... preferi não arriscar... a decisão foi natural e sem traumas.” (BEGÔNIA, 2020, p. 35). A vivência da não maternidade pode ser sentida e vivenciada de diferentes maneiras e por variados motivos, podendo ser traumática para algumas mulheres, como foi o caso de Tulipa e Azaleia, que apesar de se manterem na atualidade bem resolvidas com essa questão, a mesma já foi motivo de muitas inquietações em suas memórias. Como também pode ser vivenciada a partir de uma escolha, compreendida como a melhor para a sua vida, e sem traumas, como é o caso de Begônia.

Contudo, quando interpeladas sobre o desejo de terem gerado um filho, ambas as respostas se encaminharam para o sim. Para Begônia (2020, p. 35), seria “por um propósito maior”, já para Azaleia (2020, p. 30), seria “um ser que sairia de mim e com certeza é... eu penso, sonho que ele deveria ser muito parecido comigo [...]” e para Tulipa (2020, p. 26), essa era uma vivência que queria ter tido, pois “para mim, filho é tudo, né? Então, era um grande sonho na minha adolescência, na minha juventude, mas eu não gosto nem muito de tocar nesse assunto porque eu me emociono. Eu queria ter tido filho [...] mas não foi possível.”

Os desejos de se tornarem mães apesar de fazerem parte da vivência dessas mulheres, não se transformaram em experiências insubstituíveis, já que essas encontraram em outras ações de suas vidas suas completudes enquanto ser humano, não imputando à maternidade a causa de sua essencialidade individual. Portanto, a maternidade como condição essencial para o pleno desenvolvimento das mulheres se torna inadequada. Diante disso, essas mulheres que não foram mães pontuaram de maneira singular sobre a compreensão da não existência de um sentimento de inferioridade ou menos realização em torno de outras mulheres que vivenciaram a maternidade biologicamente.

As respostas giraram em relação à recusa da compreensão do desenvolvimento da

maternidade como essencial para a vivência e completude feminina, para Tulipa (2020, p. 25), ela destaca que “Eu gosto da minha vida como eu sou agora. Sem ter filhos eu sou realizada.”, o que segue com a fala de Azaleia (2020, p. 31), que afirma que se “fosse decisiva eu seria uma pessoa super frustrada por não ser mãe e eu não sou, sou tranquila, feliz.” Nesse segmento, conclui Begônia (2020):

A possibilidade de fazer escolhas pessoais sobre ser mãe ou não? Não é um fator determinante para ser mais feminina ou não! Isso não passa de um preconceito ideológico que a sociedade impõe sobre às mulheres. É como se fosse uma obrigação da mulher se justificar a toda hora para uma sociedade cruel. (2020, p. 35).

Mulheres múltiplas, vivências diversas. A maternidade segue sobre fortes investidas sociais diante daquilo que a mulher precisa desenvolver em e para a sociedade. Entretanto, as mulheres contribuintes desse estudo se mostraram a partir de uma condição inovadora junto à sua atuação no contexto público e privado, elas compreendem a realização pessoal a partir de outros segmentos que não o da maternidade biológica. As vivências femininas, durante muito tempo impostas culturalmente de acordo com os modos convenientes ao seu determinado momento ou período, dadas as investidas sociais, culturais, políticas e econômicas que fazem das mulheres seres ainda sujeitos a estereótipos e determinações apontadas como intrínsecas à sua condição de mulher, foram sofrendo transformações que, gradativamente, inseriram uma nova mentalidade nesse público, de que a maternidade não poderia ser o único objetivo de vida. Nesse sentido, é possível afirmar que a maternidade como essencial para a completude feminina se traduz, na verdade, em um mito construído e perpetuado culturalmente.

Tal afirmação se baseia na presente pesquisa, bem como nos estudos de Georgiane Vázquez (2015, p. 205) onde “escolher outras formas de afeto, de vida, de sonhos e ter que justificar a ausência de filhos pode incomodar de maneiras diferentes, ou nem incomodar. Maternidade, enfim, não é destino”. A maternidade como resultado de um ato humano e envolvendo, sobretudo as mulheres, deve se fazer objeto de direito de escolha, onde possa ser de fato desenvolvido ou não a partir da plena consciência feminina a partir de sua liberdade, e que a sociedade tenha um olhar cada vez mais respeitoso e afetuoso para com todos os grupos de mulheres, sendo estas mães ou não mães.

Considerações Finais

No presente estudo, analisou-se o não desenvolvimento da condição materna a partir das falas de mulheres que tinham em comum essa mesma vivência. Diante do objetivo de

compreender os aspectos relacionados à uma não maternidade entre mulheres nascidas durante o período da segunda metade do século XX a partir de uma perspectiva histórica, as contribuições das colaboradoras da pesquisa foram dialogadas com bibliografias que versavam sobre maior acesso a escolarização feminina, bem como a inserção no mercado de trabalho produtivo, questões relacionadas à saúde e perspectivas em torno do não desenvolvimento do casamento teriam influenciado na escolha pela não chegada da prole.

Nota-se que a invisibilidade sobre as mulheres que optaram ou que não puderam ser mães não mais se sustenta. As narrativas desenvolvidas pelas não mães entrevistadas demonstraram a satisfação pessoal a partir de outros caminhos que não o da maternidade. Com isso, pode ser concluído que tanto a maternidade como o casamento não se constituíram como vivências imprescindíveis para a completude feminina no presente contexto. Contudo, apesar do crescente número de mulheres que optaram e optam pelo não exercício da maternidade, ainda há estigma sobre elas, seja de maneira explícita, seja de maneira velada, pautadas por características de uma sociedade fundada nas bases do patriarcalismo. Desse modo, a busca das mulheres sob condição de não desenvolvimento da maternidade por parte da sociedade, ainda se encontram sob um caminho de lutas, marcada por conquistas femininas ao longo da história, mas ainda muitas outras a serem alcançadas.

Espera-se e busca-se que as mulheres que não desejam a vivência da maternidade ou que não podem exercer essa função por questões que transcendem os desejos pessoais, possam, de fato, não ser mais julgadas e avaliadas a partir de estereótipos de mulheres menos realizadas, infelizes, dentre outras tantas denominações preconceituosas. Que as mulheres sejam livres a partir de suas escolhas, desejos e necessidades.

Referências

Bibliografias

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: brasiliense, 1995.

BADINTER, Elizabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.thm>. Acesso em: 24/10/2020.

GASKELL, George; BAUER, Martin. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GIANNINI, Deborah. Taxa de fecundidade no Brasil é baixa e está em queda acelerada. **R7**, 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/taxa-de-fecundidade-no-brasil-e-baixa-e-esta-em-queda-acelerada-17102018>. Acesso em: 24 de jan. de 2020.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana *et al.* Maternidade e formas de maternagem desde a Idade Média à atualidade. **Pensando Famílias**, v. 18, jun. 2014, p. 55-62.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JUNQUEIRA, Telma Low Silva; MELO, Danielly Spósito Pessoa de. **Feministas advertem: o mito do amor romântico faz mal à saúde! Sentidos produzidos por adolescentes acerca da interface entre amor romântico, violência contra as mulheres e saúde**. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/>>. Acesso em: 13 de fev. de 2021.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Héléne; SENOTIER, Danièle. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **“Manter Sadia a Criança Sã”**: As políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre letras e bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)**. Iguatu: Quipá Editora, 2021.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **História da maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidades de análise**. In: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: contexto, 2007.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto. 2006. p. 578-606.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, n. 11, p. 89-98, 1998. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/> > Acesso em: 11 de set. de 2020.

REVEL, Jacques. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: Jacques Revel. **Proposições: ensaios de história e historiografia**. Rio de Janeiro: UERJ, 2009, p. 97-137.

ROSEMBERG. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012, v. 1, p. 9-550.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, 16, São Paulo, fev. 1998. p. 297-325.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Da mãe que não fui**: A experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX. 254 f. Tese (doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2015.

Fontes

Azaleia. Entrevista concedida a Thayná Guedes Assunção Martins. Timon-MA, 25 jul. 2020.

Begônia. Entrevista concedida a Thayná Guedes Assunção Martins. Via Skype, 9 jul. 2020.

Tulipa. Entrevista concedida a Thayná Guedes Assunção Martins. Timon-MA, 25 jul. 2020.

Recebido em: 29 de abril de 2023

Aprovado em: 08 de setembro de 2023